

VIII CONFERÊNCIA DE MIIS

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL



Livro de Atas

8.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social

Ócio, Jogo e Brincadeira: Aprendizagens e Mediação Intercultural



Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Matos

(Orgs.)

**Ócio, Jogo e Brincadeira:
Aprendizagens e Mediação Intercultural**

**8.^a Conferência Internacional
Mediação Intercultural e Intervenção Social**

Conferência realizada a 27 e 28 de novembro de 2020

Livro de Atas

Ficha Técnica

Título: Livro de Atas:

8.ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social – Ócio, Jogo e Brincadeira: aprendizagens e mediação intercultural.

Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos

Edição: CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.Politécnico de Leiria

ISBN - 978-989-8797-57-5

Abril de 2021

Os textos incluídos neste livro foram objeto de avaliação científica pela Comissão Científica da Conferência.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.



Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria



Comissão organizadora

Ana Maria Vieira, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria

Cristóvão Margarido, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria

José Carlos Marques, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria

Pedro Silva, CIIE, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria

Ricardo Vieira, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria

Rui Matos, CIEQV e Instituto Politécnico de Leiria

Comissão Científica

Abílio Amiguinho, Instituto Politécnico de Portalegre
Amélia Lopes, Universidade do Porto
Américo Peres, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Ana Camões, Instituto de Estudos Superiores de Fafe
Ana Maria Vieira, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Ariana Cosme, Universidade do Porto
Catarina Mangas, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Cláudia Luísa, Universidade do Algarve
Cristiana Madureira, Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins (mediadora socioeducativa)
Cristóvão Margarido, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Dália Costa, Universidade de Lisboa
Encarnacion Bás Penha, Universidade de Múrcia
Esperança do Rosário Jales Ribeiro, Instituto Politécnico de Viseu
Evangelina Bonifácio, Instituto Politécnico de Bragança
Filipa Coelho, Instituto Superior de Ciências Educativas, Odivelas
Florbelá Gandra, ESE Paula Frassinetti
Isabel Baptista, Universidade Católica Portuguesa
João Ruivo, Instituto Politécnico de Castelo Branco
José António Caride, Universidade de Santiago de Compostela
José Carlos Marques, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Leonor Teixeira, Instituto Politécnico de Santarém
Luís Alcoforado, Universidade de Coimbra
Manuel Sarmento, Universidade do Minho
Maria Helena Mesquita, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Castelo Branco
Maria João Hortas, Instituto Politécnico de Lisboa
Miguel Prata Gomes, ESE Paula Frassinetti e Instituto Politécnico de Leiria
Paulo Delgado, Instituto Politécnico do Porto
Pedro Silva, CIIE, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Ricardo Pocinho, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Ricardo Vieira, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Rita Gradaille Pernas, Universidade de Santiago de Compostela
Roberto Macedo, Universidade Federal da Bahia
Rosa Novo, Instituto Politécnico de Bragança
Rui Matos, CIEQV e Instituto Politécnico de Leiria
Rui Pinto, Instituto Politécnico do Porto
Rui Santos, CICS.NOVA.IPLeiria e Instituto Politécnico de Leiria
Rui Trindade, Universidade do Porto
Sandra Antunes, Instituto Politécnico de Viseu
V́ctor Arufe Giráldez, Universidade da Corunha
Victoria Pérez de Guzmán Puya, Universidade Pablo de Olavide
Xosé Manuel Cid, Universidade de Vigo

Índice

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. Conferência de Abertura, Mesa Redonda e Workshops	11
Educar para o Ocio: un Desafío Comunitario	12
Brinquedos Populares: um Património Inspirador e sem Fronteiras	19
Gaming, Simulação e Mediação Intercultural	27
O Mediador como Provocador Motor.....	35
CAPÍTULO 2. Jogos Eletrónicos e Dispositivos Digitais.....	40
Os jogos eletrónicos como dispositivos mediadores: caminhos possíveis para formação de licenciandos numa universidade pública do Brasil	41
Jogos eletrônicos violentos: uma catarse ou um detonador de violência?	51
CAPÍTULO 3. Ócio, Jogo e Brincadeira: Potencialidades Educativas.....	60
Ócio, jogo e brincadeira: que potencialidades? Que desafios?	61
Jogos e brincadeiras no horário livre: processos educativos em construção.....	70
Bumba meu boi: uma reflexão das danças do brasil	77
CAPÍTULO 4. Jogos, Saúde, Identidades e Inclusão.....	88
Projeto jogamos tudo, brincamos todos: o arranque.....	89
Intervenção psicomotora com crianças com perturbação do espectro do autismo: resultados preliminares de uma revisão sistemática	98
O “Poder” brincar: O espaço da brincadeira na reabilitação da criança com deficiência ..	106
ProLearn4ALL: a brincadeira e o jogo a favor da construção de recursos lúdico-pedagógicos inclusivos.....	111
Un acercamiento a la juventud con discapacidad desde el aprendizaje en el ámbito del ocio	120
CAPÍTULO 5. Jogos Didáticos e Experiências Escolares	128
O jogo educacional Multipli enQuAnto atividade lúdica e de aprendizagem matemática ..	140
Explorando o ócio criativo a partir das histórias em quadrinhos	151
Atividades lúdicas no processo de ensino-aprendizagem.....	157
Jogos didáticos - uma nova perspectiva de ensino	164
Jogos e ensino: <i>Um novo panorama para o ensino-aprendizagem</i>	174
O círculo mágico na sala de aula: “os lusíadas” em board game.....	184
CAPÍTULO 6. Ócio, Jogo e Brincadeira: Populações Adultas e Relações Intergeracionais	194
El ocio y sus beneficios para las personas mayores ante el nuevo escenario demográfico	195
Adultos brincantes: o lúdico que permeia o viver	202
Projeto mãos da terra:	212
Jogo sementes de saber entre gerações	212

Músicos com + de 90 anos. Estudo de caso	220
A(voz) e netos	230
CAPÍTULO 7. O Jogo e o Brincar em Tempo de Pandemia	239
O brincar intercultural de crianças imigrantes durante a pandemia no Rio de Janeiro	240
Ócio cultural-digital: família <i>em</i> cena conectada em tempos-espacos de isolamento social/covid19	250
Juego y covid-19 en el contexto español.....	260
Brincar no jardim de infância em tempo de covid-19: o que mudou na percepção da criança?	267
CAPÍTULO 8. Jogo e Investigação.....	276
O jogo da investigação antropológica	277
O jogo e a brincadeira como instrumento pedagógico promotor da qualidade no campo da prática pedagógica.....	284
Mediando percepções urbanas através do planeamento colaborativo rápido: o sistema de transportes da Marinha Grande durante um fórum técnico sobre mobilidade e desenvolvimento sustentável	295
CAPÍTULO 9. Jogos e Mediação Intercultural em Contexto Escolar	302
A animação sociocultural como estratégia preventiva de conflitos escolares: uma percepção dos alunos do 1º ciclo do ensino básico	303
Culture, arts, sport et loisir dans une politique d'éducation intégrale au Brésil	313
Jogos educativos de origem africana e afro-brasileira	323
CAPÍTULO 10. Ócio, Jogo e Desenvolvimento Comunitário	335
Quem canta seu mal espanta: educação social, mediação intercultural, animação e desenvolvimento comunitário	336
Recolha e organização de uma exposição etnológica: o lúdico e o ócio na animação e desenvolvimento comunitário	343
<i>Homo ludens</i> , tempo livre e animação sociocultural. O lúdico como práxis comunitária	351
Sobre os Organizadores.....	361

Quem canta seu mal espanta: educação social, mediação intercultural, animação e desenvolvimento comunitário

Ana Maria Vieira¹, Ricardo Vieira²

¹ ESECS - Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLLeiria

² ESECS - Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLLeiria

RESUMO

Apresentamos um estudo de caso realizado com um grupo de sujeitos entre os 20 e os 30 anos, com origens sociais diferentes, que se encontraram para a formação de um grupo de música popular portuguesa, um projeto de animação de si e dos outros. Alguns destes elementos já conviviam frequentemente, passando boa parte do seu tempo livre cantando e tocando músicas com as quais se identificavam e que remetiam para a música popular portuguesa. Estes jovens viram na criação deste grupo uma forma de ter um projeto que os realizasse coletivamente nos seus tempos livres.

O projeto emergiu no seio de uma associação local e, a pouco e pouco, foi-se tornando num símbolo identitário da comunidade, chegando mesmo a ter um grupo de fãs em todas as atuações.

Os ensaios e as atuações representavam momentos de ócio e puro prazer de cantar e viver. Nele interagiam pessoas de profissões diferentes, idades diferentes, interesses diferentes, alguns, de algum modo, algo excluídos, por parte da sociedade local, que foram sendo revalorizados e incluídos socialmente.

A criação deste grupo de cantares, e a mediação intercultural e desenvolvimento que promoveu, contribuiu para a criação de laços de convivência entre pessoas que dificilmente teriam, de outro modo, interagido social e interculturalmente.

PALAVRAS-CHAVE

Ócio, educação social, mediação intercultural, desenvolvimento comunitário

O GRUPO ETNOGRÁFICO CANTO DA TERRA – PISTAS PARA UM ESTUDO DE CASO

Um grupo de jovens entre os 20 e os 30 anos, na década de 80, com origens sociais diversas, formaram um grupo de música popular portuguesa, que veio a desenvolver-se como associação cultural, com a intenção de viver ativamente o ócio e o lúdico e de fazer de animação de si e dos outros como promoção do desenvolvimento comunitário. Alguns destes jovens já conviviam frequentemente, passando boa parte do seu tempo livre cantando e tocando músicas com as quais se identificavam.

O projeto emergiu no seio de uma associação local, a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva (ARCUDA), mas cedo os seus proponentes perceberam que o espaço para a cultura e para além do futebol era muito restrito. O grupo etnográfico canto da terra, vulgo

“Cantares da Terra”, como era conhecido quando estava inserido no Arcuda (uma Associação Recreativa Cultural e Desportiva) onde a primazia do futebol era evidente em detrimento da cultura, optou por uma separação e autonomização com o intuito de investir especificamente no património cultural, em particular na museologia, no jornalismo local, a par da recolha e divulgação da música popular portuguesa. Oficializou-se o grupo etnográfico Canto da Terra (GECT), como associação cultural, em 23 de março de 1987.

No jornal local de abril do mesmo ano, a direção da nova associação escrevia assim:

Pretendemos com este artigo informar-vos de que este mesmo grupo se autonomizou e oficializou para atuar especificamente ao nível da recolha e divulgação da música popular, como vinha fazendo, e administrar e dinamizar o jornal “Os Doze” até aqui desenquadrado de qualquer associação. Além disso, esta nova associação cultural pretende recolher e defender o património cultural da nossa região, catalogando os trajes, alfaias agrícolas e outros artefactos tradicionais por forma a fazer nascer um museu vivo em Albergaria. [...] Queremos que fique claro que não pretendemos competir ou entrar em choque com qualquer outra associação da terra. Efetivamente, trata-se de animar contextos e vertentes sócio-culturais até agora não definidos como objetivos de qualquer associação já existente [...] (Jornal Os Doze, Ano I, n.º 9, Abril de 1987).

Embora tenha nos primeiros anos investido ao nível da museologia; tenha mesmo participado em projetos internacionais de Nova Museologia, tenha intervindo ao nível concelhio e regional nos processos ligados à preservação do património cultural, a dinâmica do GECT acabou por se centrar, por um lado, no assegurar a publicação mensal do jornal Os Doze que tem chegado aos mais variados pontos de Portugal, Europa e outros países por onde está estendido o coração da população da freguesia; por outro lado, na divulgação da música tradicional popular portuguesa, tendo atuado em quase todo o país, em França, na RTP Internacional, etc.

Os jovens fundadores do GECT viram na criação deste grupo uma forma de ter um projeto que os realizasse coletivamente nos seus tempos livres e que implicasse a comunidade na revalorização do seu património e no seu desenvolvimento.

Nos finais do século XX, esta associação, sedeadada numa comunidade do distrito de Leiria, funcionou como um catalisador para o empoderamento, o reconhecimento, o aumento da autoestima, a inclusão dos seus elementos e o ócio e o lúdico para si e para os outros.

Em termos gerais, usando uma metodologia etnográfica sobre este trabalho etnográfico e etnomusicológico, pretendemos mostrar a importância que o canto, o ócio e a ocupação do tempo livre podem ter, não só, na animação, mas, também, no empoderamento, no reconhecimento e inclusão social bem como, ainda, na criação de pontes de comunicação entre pessoas que aparentemente nada têm que as una.

MÚSICA, ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E EDUCAÇÃO SOCIAL

Passar fins-de-semana a ensaiar e verões e verões em cima de um palco a cantar e a tocar instrumentos tradicionais populares portugueses, só por paixão ou por interesse económico. O GECT, Associação Cultural com as valências de jornalismo local, museologia e divulgação da música tradicional portuguesa, recebia algum dinheiro das suas atuações realizadas, não só na comunidade de origem, mas por todo o país e, também, no estrangeiro, mas o mesmo

revertia apenas para aquisição de instrumentos e melhoramentos de equipamento sonoro. Era, pois, uma grande paixão que levava estes jovens, de então, a trocar os seus tempos livres semanais e anuais por um tempo que quisessem fazer de ócio, de participação social e de comprometimento para com a comunidade onde nasceram e viveram a sua juventude.

Em nossa opinião, esta arte de viver deve emergir das comunidades de base. É no viver quotidiano na família, na escola, no trabalho, na paróquia, na associação, etc., que as relações se tornam significativas e se constrói a consciência coletiva. É pensando o agir local e agindo o pensar global que poderemos recuperar a identidade comunitária (Peres, 2007, p. 17).

“Quem canta seu mal espanta”, diz o povo. Era esse o ponto de partida do “Grupos de Cantares”, falando agora particularmente da valência da música tradicional e popular portuguesa, na medida em que o gosto por este tipo de música convidava a viver o lúdico de forma musical, descomprimindo do tempo laboral. Mas, a pouco e pouco, esse cantar espontâneo evoluiu para alguma formalização que se radicou na constituição duma associação cultural, o GECT, com 3 valências fundamentais, como vimos.

Para Américo Peres, é fundamental ultrapassar as rotinas monolíticas e envolver as diferentes gerações partilhando experiências e promovendo a interculturalidade. “Por outras palavras: o aprofundamento da democracia exige dos vários agentes e actores sociais uma abordagem centrada na educação social e na cultura dos povos, e, conseqüentemente, plasmada em projectos de animação sociocultural. A animação necessita da democracia como a democracia necessita da animação” (Peres, 2007, p. 11).

A intervenção social e educativa do GECT assentava na ideia de participação como método e como objetivo:

Mais ainda, a animação requer de tal modo a democracia e a participação que, sem elas, não é possível concebê-la, nem praticá-la, por muito que possa acontecer e realizarem-se outras experiências e iniciativas nas quais a sociedade e a ação cultural sejam eixos vertebradores principais (Caride, 2007, p. 63).

Este novo paradigma da animação sociocultural pretende romper com aquilo a que Marcelino Lopes chama de cultura da passividade, “actores de um lado e expectadores de outro. A cultura é assim para quem a pode pagar nesta lógica de mercado [...]. É uma cultura assente no produto [...]. Para ele só existem números. Número de assistentes. Número de grupos. Números e mais números...” (Lopes, 2007, p. 146).

A animação sociocultural, neste sentido, é também potencializadora da inclusão social:

Inseridos no seio das comunidades as associações são agentes da inclusão, promotoras de relações interpessoais e, como tal, são também espaços privilegiados para as práticas e para a educação intergeracional em que, por um lado, os mais velhos terão oportunidade de se manter ativos, participativos, interventivos, partilhando com os mais jovens e com a comunidade um vasto leque de conhecimentos adquiridos durante toda uma vida. Por outro lado, os mais jovens poderão adquirir valiosos conhecimentos, fruto de histórias de vida únicas transmitidas na primeira pessoa (Cunha e Pereira, 2015, p. 198).

A animação sociocultural vai, nesta linha, muito para além da recreação e da ocupação dos tempos livres na medida em que, como vimos, já, ela é educadora e potencializadora de inclusão.

A animação sociocultural é uma estratégia de intervenção que trabalha por um determinado modelo de desenvolvimento comunitário. Este modelo de desenvolvimento *em, desde e para* a comunidade, tem como finalidade última promover a participação e dinamização social dos processos de responsabilização dos indivíduos na gestão e direção dos seus próprios recursos (Cabeza, 2006, p. 127).

Trata-se, fundamentalmente, de transformar a vulgar cultura do tempo livre, onde as pessoas são fundamentalmente espectadoras, assistentes e consumidoras, numa cultura em que as pessoas sejam mais participantes e mais atores:

A partir das experiências de ócio, a animação sociocultural pode transcender outros âmbitos de identificação e individualização, chegando, assim, a aprofundar e a pôr em prática valores como: respeito, diálogo ou tolerância, juntamente como capacidades como compreensão ou empatia (Cabeza, 2006, p. 132).

Neste sentido, o ócio vai muito além da ideia de tempo livre, de descanso e recuperação face ao trabalho quotidiano. O ócio surge, assim, como

uma ocasião para viver experiências satisfatórias que se transformam em âmbito de realização pessoal, identificação e integração comunitária, quando se vivem de um modo positivo. A possibilidade de experimentar o ócio não coincide, necessariamente, com a disponibilidade de tempo, mas, sim, refere-se a uma capacidade interior de abertura, relacionada com interesses, motivações e desejos. Também responde a uma capacitação exterior que se manifesta através de habilidades pessoais e recursos contextuais. Ambas possibilitam que se levem a cabo ações que se realizam pela mera satisfação de as realizar, à margem da sua possível utilidade (Cabeza, 2006, p. 133).

Como refere José António Caride (2006, p. 211), esta mudança leva-nos a uma pedagogia da cultura que implica “um compromisso decidido com as múltiplas e variadas formas de diversidade cultural” ultrapassando as ideias simples de distração, “maneiras de passar o tempo”, o divertimento ou o recreio:

Uma vez mais, a questão de *formar* para *transformar*, ou o que é o mesmo, de “educar” ou “animar” para *mudar*, sucede num desafio indesculpável para uma pedagogia cultural que combata a injustiça que pulsa em muitas das nossas atitudes e comportamentos (Caride, 2006, p. 211).

Esta perspetiva da animação sociocultural, contrariamente à clássica animação cultural dos anos 60 (Lopes, 2011, p. 191), assenta numa pedagogia social que propicia a participação, a autonomia, a consciencialização e a interação que, embora partindo do outro, origina a transformação de todos e com todos os implicados. Capacita, assim, as pessoas “fugindo de uma perspetiva de comodismo que significa a adaptação a um mundo dado. Antes pelo contrário, o que busca é o desenvolvimento pleno e autónomo das pessoas, cultivando as diversas dimensões humanas (afetiva, social, intelectual, física)” (Gradaille e Iglésias, 2010, p. 70).

Trata-se de um desafio para que, nas palavras de Caride (2007, p. 64), “os grupos, instituições e comunidades, etc., com os quais se relacionam, tenham a oportunidade de converter-se em sujeitos e não em meros objetos dos processos em que se envolvem socialmente”.

Para Agostinho Gomes, a música, enquanto expressão musical, é um campo fundamental para a animação sociocultural não só pela potencialização da coordenação psicomotora e da capacidade expressiva, mas também pelo potencial pedagógico de interação social, socialização e contacto com “a arte dos sons através da interpretação e da criação” (Gomes, 2015, p. 89):

Nesta medida, os coros, os grupos de cantares, as tunas, e também as bandas filarmónicas, tal como outros formatos de grupos musicais que resultam da associação de pessoas para a prossecução de objetivos expressivos, lúdicos, recreativos, no fundo, sociais, culturais e educativos, desenvolvem-se numa dimensão sociocultural eminente, não só porque se pautam pelo paradigma metodológico e tecnológico da ASC, mas também porque se desenvolvem em associação de pessoas, de que resulta o associativismo, muitas vezes até informal, que é em definitivo um dos aspetos mais privilegiados da animação sociocultural, especificamente a animação musical (Gomes, 2015, p. 89).

A EMERGÊNCIA DE UM SÍMBOLO IDENTITÁRIO DA COMUNIDADE

As atuações locais, fosse na freguesia, no concelho ou no distrito, a participação em festivais de Música Popular Portuguesa, distritais e nacionais, e as atuações internacionais passaram a ser uma constante na vida das pessoas que formavam este grupo.

O grupo de Música Popular Portuguesa, o GECT, tinha os seus fãs que seguiam o seu calendário de espetáculos.

As pessoas reviam-se neste grupo como se de uma bandeira se tratasse. Conheciam as músicas que cantavam, dançavam, seguiam o grupo e acompanhavam tudo pelo jornais e rádios locais que na altura proliferavam.

Este grupo unia as pessoas dos diferentes lugares da freguesia, e fora dela, e era um símbolo aglutinador dos bairrismos próprios de cada lugar que se unificavam em torno de cada espetáculo.

A CONVIVÊNCIA E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO EMPODERAMENTO DOS ELEMENTOS DO GECT NOS ENSAIOS SEMANAIS E NO PALCO DOS ESPETÁCULOS

Os ensaios e as atuações representavam momentos de ócio e puro prazer de cantar e viver harmoniosamente. Nele interagiam pessoas de profissões diferentes, idades diferentes, interesses diferentes, origens diferentes, alguns, de algum modo, excluídos por parte da sociedade local e que encontraram neste projeto uma alavanca de empoderamento, inclusão e de reconhecimento pessoal e social por parte da comunidade local que transformou, assim, as imagens sociais e estigmas, de alguns destes sujeitos, em positivities.

A criação deste grupo de cantares, e a mediação intercultural que promoveu, contribuiu para a criação de laços de convivência entre pessoas que dificilmente teriam interagido social e interculturalmente. O espírito de inclusão social do grupo musical, em diálogo com o Know how “desconhecido” de sujeitos mais excluídos, a par da potencial complementaridade e sinergia do grupo, foram ingredientes fundamentais para a construção de um grupo heterogêneo, social e musicalmente, mas uno e coeso em torno de um projeto de ócio, de animação sociocultural, de educação social e de uma identificação cultural comuns.

Nos finais do século XX, este grupo, sediado numa comunidade do distrito de Leiria, promoveu a convivência, criou pontes de comunicação e funcionou como um catalisador para o empoderamento, o reconhecimento, o aumento da autoestima, a inclusão dos seus elementos e o lúdico para si e para os outros.

Os ensaios semanais permitiam a troca de experiências quotidianas e iam muito para além das atividades musicais. Permitiam a aprendizagem de outros instrumentos musicais, a partilha de tristezas e de alegrias, a partilha e criação de projetos de vida, de ócio, brincadeira e de reforço identitário.

Os momentos de palco (no mês de agosto chegava a haver 10 espetáculos, ou mais, que implicavam uma agenda apertada mesmo sem usufruto de férias...) eram antecedidos de reforço de solidariedades e partilhas diversas sobre os contextos familiares, semana a semana, entre cada ensaio e cada espetáculo, solidariedade e, também, convenhamos, de algumas tensões normais, como ocorre em qualquer grupo social, e que iam sendo geridos e mediados numa aprendizagem da convivência (Jares, 2007).

O palco e o dia do espetáculo eram de festa, para os espetadores, para os habitantes dos lugares que contratavam o GECT e também de festa e alegria para os jovens músicos de então.

ÓCIO E TEMPO LIVRE, ENTRE A BRINCADEIRA E O PROFISSIONALISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A procura do grupo para tanta animação levou a um investimento significativo em equipamento de som, muito do qual construído por alguns jovens de então, com as competências eletrotécnicas, de carpintaria, etc. de que já dispunham profissionalmente.

O grupo passou a viver alguma ambiguidade entre um projeto de algum profissionalismo e a mera ocupação dos tempos livres.

Em termos gerais, utilizámos uma metodologia etnográfica sobre este trabalho etnográfico e etnomusicológico de recolha e divulgação de músicas tradicionais.

Compreendemos a importância que o canto, o ócio e a ocupação do tempo livre podem ter não só na animação, mas, também, no empoderamento, no reconhecimento e inclusão social bem como, ainda, na criação de pontes de comunicação entre pessoas que aparentemente nada têm que as una. O GECT dá conta de uma juventude inquieta e envolvida com a comunidade, uma aldeia de 2500 habitantes, como será difícil, provavelmente, encontrar hoje.

Estamos a falar de ócio, dos músicos e da comunidade; de Educação Social, da comunidade (do desenvolvimento comunitário, da tomada de consciência de um todo comunitário – para além das partes); do envolvimento da comunidade com as atividades da associação; de música popular portuguesa (MPP); de exposições etnológicas; de um jornal local que promovia o desenvolvimento de hábitos de leitura que chegava e chega, ainda hoje, a toda a comunidade espalhada pelo mundo global.

Estamos a falar de interculturalidade e de mediação intercultural entre os membros da associação e do grupo de MPP e entre estes e a comunidade em geral.

Estamos a falar de desenvolvimento comunitário que se reflete numa maior participação da comunidade na animação local e regional e de reforço do sentimento de pertença.

Em suma, estamos a falar de desenvolvimento comunitário que é o auge da mediação intercultural, alavancado pela animação por parte do GECT, em termos não só musicais, mas, também, jornalísticos e museológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cabeza, M. C. (2006). Ócio e animação: novos tempos in Peres, A. M. e Lopes, M. S. (coords.), *Animação, Cidadania e participação*. Chaves: APAP, pp 126-139.
- Caride, J. A. (2006). Animação sociocultural, globalização e cidadania: a respeito da necessidade de uma nova pedagogia das culturas in Peres, A. M. e Lopes, M. S. (coords.), *Animação, Cidadania e participação*. Chaves: APAP, pp 205-216.
- Caride, J. A. (2007). Para uma animação democrática numa democracia animada: sobre os velhos e os novos desafios da animação sociocultural como prática participativa in Peres, A. e Lopes, M. *Animação sociocultural, novos desafios*, Chaves: APAP, pp. 63-75.
- Cunha, F.M.B. e Pereira J.D.L. (2015). O associativismo como espaço de práticas e educação intergeracional in Pereira, J. D. L.; Lopes, M. S. e Rodrigues, T. M. M. *Animação sociocultural, gerontologia e educação intergeracional: Estratégias e métodos de intervenção para um envelhecimento ativo*. Chaves: Intervenção, pp 191- 200.
- Gomes, A. (2015). O animador sociocultural e a intervenção musical in Pereira, J. D. L.; Lopes, M. S. e Rodrigues, T. M. M. *O animador sociocultural no século XXI*, Chaves: Intervenção, pp 87-94.
- Gradaille, R. e Iglésias, T. M. (2010). Educando em igualdade nos cenários escolares e sociais in Peres, A. e Vieira, R. (coords.). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*, Chaves: APAP, pp. 60-74.
- Jares, X. (2007). *Pedagogia da convivência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, M. (2007). A animação sociocultural e a gestão cultural: o exemplo português in Peres, A. e Lopes, M. *Animação sociocultural, novos desafios*, Chaves: APAP, pp. 129-149.
- Lopes, M. (2011). A animação sociocultural e animação cultural in Pereira, J. D. L.; Lopes, M. S. (coords.). *As fronteiras da animação sociocultural*. Chaves: Intervenção, pp. 187-197.
- Peres, A. (2007). Animação, direitos humanos, democracia e participação in Peres, A. e Lopes, M. *Animação sociocultural, novos desafios*, Chaves: APAP, pp. 15-25.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ana Maria Vieira

Doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e Mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação. É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e Investigadora Integrada do CICS.NOVA.IPLeiria. A sua investigação incide sobre Educação Social, Pedagogia Social, Mediação intercultural, Mediação Sociopedagógica, Mediação sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, professor agregado da UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela.

Endereço eletrónico: ana.vieira@ipleiria.pt

Cristóvão Margarido

Assistente social, Mestre em Toxicodependência e Patologias Psicossociais e Doutor em Serviço Social pela Universidade Católica. Atualmente, é Subdiretor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria onde desempenha funções como Professor Coordenador do Departamento de Ciências Sociais e coordena a Licenciatura em Serviço Social. Investigador do CICS.NOVA.IPLeiria, tem desenvolvido investigação em áreas diversas como reinserção de toxicodependentes, identidades pessoais e profissionais, e formação em Serviço Social. Paralelamente, tem sido responsável pela avaliação externa de vários projetos de mediação e intervenção social, financiados por entidades públicas e privadas.

Endereço eletrónico: cristovao.margarido@ipleiria.pt

José Carlos Marques

Doutorado em Sociologia. Professor Coordenador Principal do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA.IPLeiria. Os seus interesses de investigação têm incidido sobre os fluxos migratórios portugueses, a diáspora portuguesa, a integração dos migrantes, as práticas transnacionais dos migrantes, políticas migratórias e migrações qualificadas. Nos seus projetos de investigação mais recentes tem dedicado atenção aos atuais fluxos de emigração portugueses, às práticas de discriminação no mercado de trabalho, e às expectativas e práticas de regresso dos emigrantes portugueses.

Endereço eletrónico: jose.marques@ipleiria.pt

Pedro Silva

Sociólogo, docente e investigador, tem vindo a cruzar as preocupações das sociologias da educação, da família e da infância nas suas pesquisas. O tema da relação escola-família tem constituído o cerne da sua atividade investigativa, com tradução em várias publicações, individuais e coletivas. A etnografia, a educação e mediação interculturais e as TIC constituem outros polos de interesse. Licenciado em Sociologia (ISCTE, Lisboa), Mestre em Análise Social da Educação (Boston University) e Doutor em Ciências da Educação (Universidade do Porto), é Professor Coordenador com Agregação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE. Universidade do Porto) e do CICS.NOVA.IPLeiria.

Endereço eletrónico: pedro.silva@ipleiria.pt

Ricardo Vieira

Doutor em Antropologia Social, Pós-doutor em Serviço Social, Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE e Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE.

É, atualmente, Professor Coordenador Principal da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Coordenador do Mestrado da ESECS-IPLeia, “Mediação Intercultural e Intervenção Social”, membro da RESMI - Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural -, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador Integrado do CICS.NOVA.IPLeia.

A sua investigação incide sobre identidades pessoais, sociais e profissionais, histórias de vida e interculturalidade, mediação intercultural, pedagogia social, intervenção social e gerontologia social, matérias sobre as quais tem vários textos e livros publicados em Portugal e no Estrangeiro.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint-Martin e Marie Elisabeth Handman.

Endereço eletrónico: ricardo.vieira@ipleiria.pt

Rui Matos

Professor Coordenador na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (onde leciona desde 13 de novembro de 1989 - 4 dias após a queda do Muro de Berlim), da qual foi diretor entre 2013 e 2017; Doutoramento em Motricidade Humana (2008) pela Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa; Mestre em Desenvolvimento Motor da Criança(1997), pela mesma Faculdade; Licenciado em Educação Física - Ramo de Formação Educacional (1989), pelo Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, atual Faculdade de Motricidade Humana; Autor de diversos livros e artigos técnico-científicos na área do Desporto; Atual subcoordenador do Centro de Investigação em Qualidade de Vida (CIEQV); Revisor e elemento do corpo redatorial em diversas revistas internacionais; Escritor premiado em diversos concursos literários; autor de mais de uma dezena de livros, a maioria para um público infantojuvenil; Criador da modalidade desportiva Tripela, em 2008; Ex-treinador de futebol e de andebol; Tem como principal objeto de estudo o comportamento motor, nas componentes controlo, aprendizagem e, sobretudo, desenvolvimento.

O Ócio, o Jogo e a Brincadeira produzem aprendizagens, criatividade, reflexividades e são mediados não só por terceiras pessoas, mas também pelas circunstâncias sociais da história de vida dos implicados. Nestes processos há comunicação, consigo próprio, através da reflexão com o eu e com o outro com quem se joga ou brinca. E comunicação é mediação, seja intramediação, nessa autoconhecimento e autodefinição de si, em que a reflexão é fulcral para a definição da auto-identidade, seja intermediação com o(s) outro(s) com quem se brinca ou joga, sejam eles pares ou gerações jovens, adultas, ou mais velhas.



Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeia

